

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. A BV Leasing encerrou o 1515 com saldo de carteira de crédito de R\$ 0,3 bilhão, ante R\$ 0,6 bilhão no 1514. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 54% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. No 1515, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 30,1 milhões (R\$ 81,0 milhões no 1514) e patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 1,0 bilhão em 1514). Adicionalmente,

no semestre encerrado em 30 de junho de 2015, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa. A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 06 de agosto de 2015
A Diretoria

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos semestres encerrados em 30 de junho de 2015 (1515) e 2014 (1514), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

ATIVO	30.06.2015	30.06.2014	PASSIVO	30.06.2015	30.06.2014
ATIVO CIRCULANTE	31.059.957	26.660.317	PASSIVO CIRCULANTE	2.207.385	4.496.886
Disponibilidades (Nota 4)	217	548	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.005.295	3.300.296
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	4.268.231	5.194.292	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	428	2.112
Aplicações no mercado aberto	4.268.231	5.194.292	FINAME	428	2.112
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	26.729.087	21.315.678	Instrumentos Financeiros Derivativos	284	2.882
Carteira própria (Nota 6a)	1.257	2.372	Outras Obrigações	201.378	1.191.596
Vinculados à prestação de garantias (Nota 6a)	10.499	8.057	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	75.228	344.248
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	26.717.331	21.305.549	Negociação e intermediação de valores	61	—
Operações de Arrendamento Mercantil	(8.561)	(22.586)	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	114.171	827.832
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	180.742	482.440	Diversas (Nota 14b)	11.918	19.516
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(173.134)	(418.774)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	28.813.515	24.672.534
Adiantamentos a fornecedores	2.915	4.375	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	28.813.515	24.672.534
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(19.114)	(40.327)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	28.729.903	24.342.921
Outros Créditos	67.212	164.127	Recursos de debêntures	28.729.903	24.342.921
Negociação e intermediação de valores	—	16	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	10.921	3.383
Diversos (Nota 8)	67.742	167.002	FINAME	10.921	3.383
(Provisão para outros créditos)	(530)	(2.891)	Instrumentos Financeiros Derivativos	—	20.477
Outros Valores e Bens	3.771	8.258	Outras Obrigações	72.991	305.753
Bens não de uso próprio (Nota 9)	3.866	5.046	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	46.803	92.271
(Provisão para desvalorizações)	(1.175)	(1.256)	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	25.62	213.482
Despesas antecipadas	1.078	4.468	Diversas (Nota 14b)	267	—
ATIVO NÃO CIRCULANTE	921.991	3.495.220	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	961.048	986.117
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	528.228	1.852.338	Capital	872.800	872.800
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	—	1.293.829	De domiciliados no País (Nota 17a)	872.800	872.800
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	—	1.293.829	Reservas de Lucros	59.624	36.393
Operações de Arrendamento Mercantil	(4.420)	(10.248)	Lucros acumulados	28.624	76.924
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	90.105	157.452			
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(87.792)	(153.733)			
Adiantamentos a fornecedores	577	1.075			
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7f)	(7.370)	(15.042)			
Outros Créditos	532.648	568.757			
Diversos (Nota 8)	532.851	569.489			
(Provisão para outros créditos)	(203)	(732)			
PERMANENTE	393.763	1.642.882			
Investimentos (Nota 10)	8.999	9.019			
Outros investimentos	13.937	13.937			
(Imparidade acumulada)	(4.938)	(4.918)			
Imobilizado de Uso	—	—			
Outras imobilizações de uso	186	186			
(Depreciações acumuladas)	(186)	(186)			
Imobilizável de Arrendamento	365.277	1.609.564			
Bens arrendados (Nota 11a)	769.697	2.109.008			
Superveniência de depreciação	173.251	1.213.279			
(Depreciações acumuladas)	(577.671)	(1.712.723)			
Diferido	19.487	24.299			
Perdas em arrendamentos a amortizar (Amortização acumulada)	32.127	36.943			
(12.640)	(12.644)				
TOTAL DO ATIVO	31.981.948	30.155.537	TOTAL DO PASSIVO	31.981.948	30.155.537

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
	Capital realizado	Legal	Expansão	Outras	Total			
Saldos em 31.12.2013	998.800	32.344	296.158	78.173	—	—	1.405.475	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 17a)	(126.000)	—	—	—	—	—	(126.000)	
Lucro Líquido do período	—	—	—	—	—	80.973	80.973	
Destinações:								
- Reserva legal	—	4.049	—	—	—	(4.049)	—	
- Dividendos (Nota 17c)	—	—	(296.158)	(78.173)	—	—	(374.331)	
Saldos em 30.06.2014	872.800	36.393	(296.158)	(78.173)	—	76.924	986.117	
Mutações do período	(126.000)	4.049	(296.158)	(78.173)	—	76.924	(419.358)	
Saldos em 31.12.2014	872.800	38.764	—	19.354	1.386	—	932.304	
Reserva de expansão	—	—	19.354	(19.354)	—	—	—	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	—	—	—	—	(1.386)	—	(1.386)	
Lucro Líquido do período	—	—	—	—	—	30.130	30.130	
Destinações:								
- Reserva legal	—	1.506	—	—	—	(1.506)	—	
Saldos em 30.06.2015	872.800	40.270	19.354	(19.354)	(1.386)	28.624	961.048	
Mutações do período	—	1.506	19.354	(19.354)	(1.386)	28.624	28.744	

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES
 A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN reconheceu os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Arrendamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente. Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN nº 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 06 de Agosto de 2015.

Informações para efeito de comparabilidade
 Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos.
- Reclassificação de Provisão para operações de crédito e Provisão para operações de arrendamento mercantil para Provisão para outros créditos.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais.

Balanço Patrimonial

	30.06.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Arrendamento Mercantil	(12.387)	(25.897)	(38.284)
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	622.006	32.414	589.592
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7a)	(575.401)	2.894	(572.507)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(58.992)	3.623	(55.369)
Outros créditos	706.971	25.897	732.868
Diversos (Nota 8)	706.971	29.520	736.491
(Provisão para outros créditos)	—	(3.623)	(3.623)

Demonstração do Resultado

	1º Semestre/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.272.548	2.048	2.274.596
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7b)	864.733	2.048	866.781
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	130.414	2.048	132.462
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(16.659)	(2.048)	(18.707)
Outras despesas operacionais (Nota 7b)	(645)	(2.048)	(2.693)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	17.549	—	17.549
Recitas não operacionais (Nota 16)	19.791	1.308	21.099
Despesas não operacionais (Nota 16)	(2.242)	(1.308)	(3.550)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado
 Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente
 Os títulos e passivos contingentes são apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
 As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perdas, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas

de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do Indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
 Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e
- Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso normal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas com a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência/Insuficiência de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência/Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:
Lucro - reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.
Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

h) Despesas Antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originção de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observância aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originção, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originção.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originção de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

* continuação

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
 Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de Mercado	Total	Porcentagem	Valor de Mercado	Total	Porcentagem
1 - Títulos para negociação	4.002	10.499	89%	9.122	21.307	87%
Títulos Públicos	4.002	10.499	89%	9.122	21.307	87%
Letras Financeiras do Tesouro	4.002	10.499	89%	9.122	21.307	87%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.257	1.257	100%	1.307	1.307	100%
Títulos Privados	1.257	1.257	100%	1.307	1.307	100%
Cotas de Fundos de Investimentos	1.257	1.257	100%	1.307	1.307	100%
Total (1 + 2)	1.257	1.257	100%	1.307	1.307	100%

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de Mercado	Total	Porcentagem	Valor de Mercado	Total	Porcentagem
Carteira própria	1.257	1.257	100%	1.307	1.307	100%
Vinculados à prestação de garantias	4.002	10.499	89%	9.122	21.307	87%
Total	1.257	10.499	89%	9.122	21.307	87%

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	30.06.2015			30.06.2014		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos
Títulos para negociação	1.257	4.002	6.497	1.307	9.122	10.499
Títulos disponíveis para venda	1.257	4.002	6.497	1.307	9.122	10.499
Total	1.257	4.002	6.497	1.307	9.122	10.499

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de Mercado	Total	Porcentagem	Valor de Mercado	Total	Porcentagem
Carteira própria	1.257	1.257	100%	1.307	1.307	100%
Vinculados à prestação de garantias	4.002	10.499	89%	9.122	21.307	87%
Total	1.257	10.499	89%	9.122	21.307	87%

a.5) Resumo da carteira por categoria

	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor	%	Valor	%
1 - Títulos para negociação	10.499	89%	9.122	87%
2 - Títulos disponíveis para venda	1.257	11%	1.307	13%
Valor contábil/mercado da carteira	11.756	100%	10.429	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Semestre/2015		1º Semestre/2014	
	Valor	%	Valor	%
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	267.696	264.623	61	38
Títulos de renda fixa	60.060	61	38	38
Aplicações em fundos de investimento	54	38	38	38
Total	327.810	264.722		

Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não houveram reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração. Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos
 Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBOVESPA não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	179.502	-	531.975	-	-	-
DI	179.502	-	531.975	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	24.334.000	94.859	207.843	17.369.177	106.584	209.737
DI	24.334.000	94.859	207.843	17.369.177	106.584	209.737
Posição Passiva	250.000	(9.456)	(284)	2.290.000	(9.408)	(23.359)
DI	-	(8.783)	-	-	-	-
Pré-fixado	250.000	(673)	(284)	2.290.000	(9.408)	(23.359)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	49.049.500	26.631.645	26.509.488	41.243.926	22.478.539	22.389.341
Box de opções - Pré-fixado	49.049.500	26.631.645	26.509.488	41.243.926	22.478.539	22.389.341

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

	30.06.2015			30.06.2014		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	0 a 30	31 a 180	181 a 360
Vencimento em Dias	36.981	42.996	52.028	47.497	179.502	531.975
Contratos de swaps	-	18.429.000	6.155.000	-	24.584.000	19.659.177
Box de opções	-	36.683.239	12.366.261	-	49.049.500	41.243.926

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2015)

	Futuros			Swap			Box de opções		
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor
BM&FBOVESPA	179.502	-	-	531.975	-	-	-	-	-
Balcão	-	-	24.584.000	49.049.500	-	-	-	-	-
Instituições financeiras	-	-	24.584.000	49.049.500	-	-	-	-	-

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor	%	Valor	%
Letras Financeiras do Tesouro	10.499	8,057	8,057	8,057
Total	10.499	8,057	8,057	8,057

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	30.06.2015	30.06.2014
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	-	531.975
Futuro	-	531.975
Ativo		
Objeto de Hedge	-	473.078
Ativo	-	473.078

Operações de arrendamento mercantil

A Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	30.06.2015						30.06.2014					
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2015	30.06.2014	
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas	2.478	89.931	84.613	27.196	9	524	20	-	395	205.236	449.714	
01 a 30	846	9.748	5.051	1.592	79	50	1	-	30	17.327	39.254	
31 a 60	375	12.807	4.488	1.520	6	50	1	-	13	19.260	34.544	
61 a 90	224	8.404	4.831	1.498	7	44	1	-	21	15.030	33.005	
91 a 180	440	16.831	15.100	4.125	19	108	2	-	55	36.680	87.841	
181 a 360	353	18.221	24.904	6.878	21	107	4	-	49	50.537	135.144	
Acima de 360	240	23.920	30.239	11.583	17	165	11	-	227	66.402	119.926	
Parcelas Vencidas	-	1.165	11	299	4	2	-	-	3	1.484	5.406	
Até 14 dias	-	1.165	11	299	4	2	-	-	3	1.484	5.406	
Subtotal	2.478	91.096	84.624	27.495	83	526	20	-	398	206.720	455.120	
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas	-	-	4.225	4.457	4.838	11.453	844	1.155	6.815	33.787	146.629	
01 a 30	-	-	569	496	684	576	120	14	883	3.342	11.892	
31 a 60	-	-	517	455	641	559	115	14	830	3.131	10.204	
61 a 90	-	-	475	318	577	485	99	14	700	2.668	9.915	
91 a 180	-	-	1.118	1.027	1.329	1.263	242	39	1.931	6.949	26.354	
181 a 360	-	-	1.182	1.174	1.382	2.145	249	61	2.325	8.518	39.958	
Acima de 360	-	-	364	987	225	6.425	19	1.013	146	9.179	48.306	
Parcelas Vencidas (a)	-	-	692	1.192	2.867	1.854	774	36	11.019	18.434	37.405	
De 0 a 14	-	-	1	334	466	268	60	7	448	1.584	3.446	
15 a 30	-	-	689	208	337	325	55	4	437	2.055	5.200	
31 a 60	-	-	2	650	953	619	130	6	994	3.354	7.522	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	837	2.344	5.115	
91 a 180	-	-	-	-	-	363	415	16	3.221	4.015	8.786	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	5.061	5.061	7.304	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21	32	
Subtotal	2.478	91.096	89.541	5.649	7.705	13.307	1.618	1.191	17.834	52.221	184.034	
Total	2.478	91.096	89.541	33.144	7.788	13.833	1.638	1.191	18.232	258.941	639.154	

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.06.2015		30.06.2014			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0%	2.478	-	-	4.901	-	-
A	0,5%	91.096	(454)	(454)	450.219	(2.252)	(2.252)
B	1%	89.541	(895)	(895)	55.147	(552)	(552)
C	3%	33.144	(995)	(995)	42.181	(1.265)	(1.265)
D	10%	7.788	(778)	(778)	20.086	(2.009)	(2.009)
E	30%	13.833	(4.149)	(4.149)	9.334	(2.800)	(2.800)
F	50%	1.638	(820)	(820)	9.532	(4.766)	(4.766)
G	70%	1.191	(834)	(834)	8.018	(5.612)	(5.612)

* continuação

Despesas Tributárias		1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Cofins		(2.995)	(6.553)
ISSQN		(52)	(666)
PIS		(487)	(1.065)
Outras		(723)	(270)
Total		(4.727)	(8.554)

Passivo Fiscal Diferido		30.06.2015	30.06.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil		43.314	303.320
Marcação a mercado		792	510
Total das Obrigações Fiscais Diferidas		44.106	303.830
Imposto de Renda		43.809	303.639
Contribuição Social		297	191

Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário) Ativado		30.06.2015	30.06.2014
Diferenças temporárias		52.040	64.209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		48.555	59.909
Provisões Passivas		2.701	3.739
Marcação a mercado		314	59
Outras provisões		470	502
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL		495.436	578.505
Total dos Créditos Tributários Ativados		547.476	642.714
Imposto de Renda		527.961	618.636
Contribuição Social		19.515	24.078

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 1º semestre de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015	19.930	18.627
Em 2016	24.342	21.302
Em 2017	15.691	12.165
Em 2018	10.899	7.554
Em 2019	9.431	5.834
A partir de 2020	467.183	149.073
Total de Créditos Tributários	547.476	214.555

No semestre findo em 30 de junho de 2015, observou-se a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 31.744 (R\$ 65.874 em 2014), correspondente a 60% (50% em 2014) da respectiva projeção de utilização para todo o ano-calendário de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2015	1%	27%
Em 2016	1%	34%
Em 2017	1%	19%
Em 2018	1%	12%
Em 2019	1%	6%
A partir de 2020	95%	2%

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;
 (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);
 (c) Projeção de consumo do crédito tributário para o 2º semestre de 2015.

19. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração:

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Honorários	-	204
Encargos sociais	-	62
Total	-	266

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta-corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Conglomerado Banco do Brasil		Banco Votorantim e Controladas		Outras	Total
	Banco do Brasil	Votorantim	Votorantim	Controladas		
Ativos						
Disponibilidades	31	-	71	-	-	102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	4.268.231	-	-	4.268.231
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	26.717.331	-	-	26.717.331
Passivos						
Recursos de Letras imb., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(30.734.918)	-	-	(30.734.918)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(284)	-	-	(284)
Outras obrigações	-	-	(61)	-	-	(61)
Resultado						
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	1.753.344	-	-	1.753.344
Despesas com captação	-	-	(1.730.633)	-	-	(1.730.633)
			30.06.2014			

	Conglomerado Banco do Brasil		Banco Votorantim e Controladas		Outras	Total
	Banco do Brasil	Votorantim	Votorantim	Controladas		
Ativos						
Disponibilidades	24	-	178	-	-	202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	5.194.292	-	-	5.194.292
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	22.599.077	-	-	22.599.077
Outros créditos	-	-	16	-	-	16
Passivos						
Recursos de Letras imb., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(26.136.015)	-	-	(26.136.015)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(23.359)	-	-	(23.359)
Resultado						
Rendas de juros e prestação de serviços	-	17.721	1.409.781	-	-	1.427.502
Despesas com captação	-	-	(1.237.380)	-	-	(1.237.380)

	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.268.231	4.268.231	5.194.292	5.194.292
Títulos e valores mobiliários	11.756	11.756	10.429	10.429
Instrumentos financeiros derivativos	26.717.331	26.717.331	22.599.078	22.599.078
Operações de arrendamento mercantil	258.157	259.280	581.437	581.437

	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Passivo Circulante e Não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	284	284	23.359	23.359

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros pré-fixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

 A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

 Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2015:

		Cenário I	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 (Em milhares de Reais)

		Cenário II	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

		Cenário III	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

 Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), em 30 de junho de 2015:

		Cenário I	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado (1)
Taxa Pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(662)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

		Cenário II	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado (1)
Taxa Pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(21.919)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

		Cenário III	
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado (1)
Taxa Pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(40.831)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos-base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 30 de junho de 2015, para o prazo de um ano é 14,27%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,57% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: constatação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Demandas fiscais (a)		Demandas cíveis (b)	
	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Saldo inicial	3.347	3.302	5.916	7.504
Constituições	70	192	38	1.084
Reversão da provisão	(705)	(61)	(436)	(635)
Baixa por pagamento	(149)	(227)	(862)	(1.565)
Atualização monetária	134	107	259	468
Saldo final	2.697	3.313	4.915	6.856

(a) Referem-se, basicamente, a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias.

(b) Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações - Diversas.

Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2015	Cíveis
Até 5 anos	1.925	4.915
De 5 a 10 anos	772	-
Total	2.697	4.915

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	30.06.2015	30.06.2014
Demandas Fiscais	(a) 890	855
Demandas Cíveis	(b) 212	135
Total	1.102	990

(a) Referem-se, basicamente, ao questionamento referente a ISS, no valor de R\$ 58 (R\$ 56 em 30 de junho de 2014) e CSLL recolhimento a menor no valor de R\$ 746 (R\$718 em 30 de junho de 2014).

(b) Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: constatação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

c) Depósitos em Garantia de Recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2015	30.06.2014
Demandas fiscais	3.751	1.907
Demandas cíveis	11.963	6.468
Total	15.714	8.375

d) Ações Cíveis Públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações cíveis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é